

An illustration showing the back of a person in a grey long-sleeved shirt and dark pants, with their hands cuffed behind their back. They are being escorted by two police officers in dark uniforms and helmets. The scene is set in a city street with buildings in the background. A semi-transparent dark grey band across the middle of the image contains the title and author information. The bottom right corner features a blue wavy graphic element.

MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

22ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Medidas Cautelares Pessoais

22ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Capítulo I - Disposições Gerais

1. Explicação terminológica constitucional
2. Fundamento constitucional
3. Conceito
4. Outras hipóteses de restrição da liberdade
5. Espécies de prisão
6. Prisão por mandado

Capítulo II - Prisão em Flagrante

Seção I - Disposições gerais

1. Fundamento constitucional e legal
2. Etimologia do vocábulo “flagrante”
3. Fases do flagrante e seus legitimados

Seção II - Fases da Captura e Condução

1. Situações de flagrância
 - 1.1 Diferença entre “logo após” e “logo depois”
 - 1.2 Ausência de estado flagrancial – enquadramento típico
2. Sujeitos do flagrante
3. Situações que impedem a autuação e a custódia
4. A prisão em flagrante em infrações penais diversas
5. Espécies de flagrante (classificação esquematizada)
 - 5.1 Quanto ao sujeito ativo
 - 5.2 Quanto à situação de flagrância
 - 5.4 Flagrantes ilegais
 - 5.5 Outras classificações

Seção III - Fase da Autuação

1. Escrituração do flagrante
2. Formalidades legais
3. Abuso de autoridade

Seção IV - Fase da Custódia

Subseção I - Audiência de Custódia

1. Previsão em tratados de direitos humanos
2. “Case” determinante

3. Regulamentação
4. Finalidade
5. Dinâmica

Subseção II - Regramento da judicialização do flagrante

1. Pelo Código de Processo Penal
 - 1.1 Flagrante ilegal
 - 1.2 Flagrante legal
2. Pela Resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça
3. Conversão do flagrante em preventiva
 - 3.1 Vedação à liberdade provisória
 - 3.2.1 Rol exemplificativo
 - 3.3 Critérios de periculosidade
4. O juiz pode converter o flagrante em preventiva de ofício?
5. Abuso de autoridade
6. Natureza do flagrante
7. Mecanismos de impugnação
8. Coleta de perfil genético

Capítulo III - Liberdade Provisória

1. Fundamento constitucional e legal
2. Momento processual
3. Conceito
4. Diferença entre relaxamento da prisão e liberdade provisória
5. Espécies de liberdade provisória
 - 5.1 Sem fiança
 - 5.2 Com fiança
6. Cabimento da liberdade provisória
7. Vedações legais

Capítulo IV - Prisão Preventiva

1. Fundamento constitucional e legal
2. Evolução legislativa
 1941. Redação original do CPP
 1967. Alteração da redação do art. 312, CPP pela Lei 5.349/1967
 1986. Nova hipótese criada pela Lei 7.492/1986
 1994. Alteração da redação do art. 312, CPP pela Lei 8.884/1994
 2011. Redação mantida pela Lei 12.403/2011
 2019. Redação dada pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)
 2026. Novas hipóteses criadas pelas Leis 15.358/2026 e 15.487/2026

3. Natureza excepcional e caráter subsidiário – medida de ultima ratio
4. Requisitos
 - 4.1 Requisitos Cautelares
 - 4.2 Legais
 - 4.2.1 Pressupostos (art. 312, in fine, CPP)
 - 4.2.2 Condições (hipóteses) de admissibilidade (art. 313, CPP)
 - 4.2.3 Fundamentos (art. 312, 1ª parte, CPP)
 - 4.2.3.1 Critério de aferição da periculosidade (art. 312, §3º, CPP)
5. Descabimento
6. Momento e legitimados
7. Prisão preventiva domiciliar
8. Decisão motivada e fundamentada
9. Mecanismos de impugnação

Capítulo V - Prisão Temporária

1. Fundamento constitucional e legal
2. A questão da constitucionalidade da prisão temporária
 - 2.1 Da [in]constitucionalidade formal da prisão temporária
 - 2.2 Da [in]constitucionalidade material da prisão temporária
3. Hipóteses de cabimento
 - 3.1 Interpretação do STF acerca dos requisitos da prisão temporária
 - 3.2 Rol de crimes que admite a prisão temporária
 - 3.3 Prisão preventiva - distinção
4. Momento e legitimados
5. Decisão fundamentada
6. Possibilidades do juiz
7. Prisão por mandado e observância de direitos constitucionais
8. Prazo (duração) da prisão temporária
9. Local de custódia dos presos temporários
10. Abuso de Autoridade
11. Mecanismos de impugnação

Capítulo VI - Medidas Cautelares Diversas da Prisão

1. Contexto da Lei 12.403/11
2. Rol das Medidas Cautelares Diversas da Prisão
 - 2.1 Comparecimento em juízo
 - 2.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares
 - 2.3 Proibição de contato com pessoa determinada
 - 2.4 Proibição de ausentar-se da Comarca

- 2.5 Recolhimento domiciliar
- 2.7 Internação provisória
- 2.8 Fiança
- 2.9 Monitoramento eletrônico
- 2.10 Proibição de sair do País
- 3. Critérios de aplicação das MCDP
- 4. Inaplicabilidade das MCDP por incompatibilidade
- 5. A questão do cabimento de detração penal das MCDP

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.